

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**

Estrutura Remuneratória

<b>CARGO</b>	PROCURADOR DO ESTADO - CLASSE INTERMEDIÁRIA
<b>REGIME JURÍDICO</b>	Estatutário - Lei Complementar nº 317/2005

**QUADRO DEMONSTRATIVO DE REMUNERAÇÃO PUBLICADO**  
EM CUMPRIMENTO À DECISÃO JUDICIAL PROFERIDA PELO STF NOS SEQUINTE PROCESSOS:  
RCL 88.319, ADI 6.606, ADI 6.601, ADI 6.604, RE 968.646 E RE 1.059.466

**Cód. SIGRH: 01015701**

Descrição da rubrica	Valor bruto recebido
AUX. ALIMENTACAO - Art. 82, II-B, LC 317/2005 c/c Lei 18.796/2023	550,00

**Cód. SIGRH: 01141201**

Descrição da rubrica	Valor bruto recebido
AUXILIO SAUDE - Art. 82, II-C, LC 317/2005	2.092,27

**Cód. SIGRH: 01147601**

Descrição da rubrica	Valor bruto recebido
HONORÁRIOS PROC. - Art. 14, Lei 18.302/2021	4.520,71

**Cód. SIGRH: 05051601**

Descrição da rubrica	Valor retido
IMPOSTO RENDA IRRF - 27,5%	9.697,10

**Cód. SIGRH: 01015101**

Descrição da rubrica	Valor bruto recebido
INDENIZAÇÃO - Art. 82, III e § 1º, LC 317/2005	5.858,36

**Cód. SIGRH: 05092401/05232901**

Descrição da rubrica	Valor retido
IPREV - 14% teto INSS	1.186,57

**Cód. SIGRH: 05051601**

Descrição da rubrica	Valor retido
IR FONTE - HONORÁRIOS - 27,5%	1.243,19

**Cód. SIGRH: 01141101**

Descrição da rubrica	Coefficiente diário conversão variável/máx. 10 dias
LIC. COMP. PROGEDES - Art. 82, II-A, LC 317/2005 e Art. 6º, Lei 19.370/2025	1.475,80

**Cód. SIGRH: 01026301**

Descrição da rubrica	Valor bruto recebido
SUBSIDIO MENSAL - Art. 37, LC 317/2005	28.947,55

**Cód. SIGRH: 01002701**

Descrição da rubrica	Valor bruto recebido
VERBA EQUIVALENCIA - MS n. 2004.036760-3/TJSC (MS n. 9041015-11.2004.8.24.0000) e RCL 5020046-81.2020.8.24.0000/TJSC	10.805,65

Os valores específicos de cada Procurador do Estado estão publicados nos Portais de Transparência do Estado de Santa Catarina ([www.transparencia.sc.gov.br](http://www.transparencia.sc.gov.br)) e da Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina ([www.pge.sc.gov.br](http://www.pge.sc.gov.br)).

Os descontos de IR e IPREV variam de acordo com o regime previdenciário aplicável ao Procurador do Estado.